

A Construção dos Direitos Humanos

Oi, meu nome é Jerry, fui monitor de História no UPT/UESB – 2019, e estou aqui para conversarmos um pouco sobre a construção dos direitos humanos. Hoje, entendemos direitos humanos como os direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, idade, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Contudo, esse entendimento foi construído gradualmente após cada grande surto de violência, quando os homens recuam, horrorizados, diante das mais cruéis atrocidades cometidas contra outros seres humanos, fazendo nascer nas consciências, a exigência da preservação da vida mais digna para todos.

As primeiras civilizações estabeleceram o direito de propriedade como forma de preservar suas famílias e assim, desde que tivessem poder suficiente para impor sua autoridade, puderam exercer domínio sobre lugares, construções, objetos, animais e pessoas. Na antiguidade, os escravos eram, geralmente, prisioneiros de guerras e devedores, que foram vendidos ou que se venderam para pagar as dívidas, e podiam ser estrangeiros, concidadãos e até parentes.

Mas, na tentativa de regular as sociedades, leis foram impostas pelos governantes para determinar o destino dos homens e, também, para consolidar estruturas sociais rigidamente hierarquizadas, evidenciando as brutais desigualdades sociais que se perpetuaram ao longo do tempo e moldaram o mundo em que vivemos. As primeiras leis registradas na história, e que estipulavam direitos e deveres para a população, foram encontradas no Código de Hamurábi¹, elaboradas na Mesopotâmia, por volta de 1700 a.C.

Posteriormente, a condição de civilização se consolida com o surgimento dos impérios, como, por exemplo, quando Ciro², rei da Pérsia, ao conquistar a Babilônia, em 539 a.C., liberta os escravos, declara que as pessoas poderiam escolher a sua própria religião e estabelece a igualdade racial. Enquanto isso, filósofos na Grécia Antiga, debatem os princípios da justiça inerentes à condição humana, isto é, o direito à vida digna, como a escravização dos sobreviventes da Guerra de Troia³; e o direito à morte digna, como a história do sepultamento do corpo do irmão de Antígona, filhos de Édipo⁴.

Além disso, diante das desigualdades sociais na República Romana, inúmeros conflitos acarretaram a publicação das Leis das Doze Tábuas, em 450 a.C., conjunto de leis escritas que asseguravam a igualdade jurídica⁵ entre patrícios (ricos proprietários de terra e gado) e plebeus (pequenos agricultores, artesãos e comerciantes). Contudo, o direito romano apenas foi preservado através do Código de Justiniano⁶, publicado por volta de 529, que influenciou diversos sistemas jurídicos do mundo ocidental.

Com a gradual desestruturação do Império Romano, a sociedade ruralizou-se e, apoiados pela Igreja Católica, os nobres exploraram os camponeses até que mudanças ocorreram com a formação dos Estados modernos, inclusive na publicação da Carta Magna⁷, em 1215, que fixou os direitos e deveres da monarquia e de seus súditos, na Inglaterra. E, com o desenvolvimento do mercantilismo, houve, também na Inglaterra, a publicação da Declaração de Direitos⁸, em 1689, estabelecendo o dever do Estado de proteger os direitos fundamentais da pessoa humana, como o direito à vida, à liberdade e à propriedade.

No entanto, as explorações coloniais desencadearam conflitos pela independência política e comercial, resultando, inicialmente, na Declaração de Independência dos

Estados Unidos⁹, em 1776, garantindo as liberdades individuais e definindo a democracia moderna. As ideias revolucionárias se espalharam pelo mundo e influenciaram a Revolução Francesa¹⁰, em 1789, que combateu a opressão do clero e da nobreza sobre a população e resultou na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão¹¹, garantindo que os homens nascem livres e iguais em direitos, independentes do reconhecimento dos governantes.

Por sua vez, a Revolução Francesa também influenciou os processos de independência na América espanhola e portuguesa, além de favorecer a ascensão burguesa e o desenvolvimento industrial. Agora, as mercadorias precisavam de um vasto mercado consumidor e exigiram o fim tráfico negreiro¹², em 1808, e conseqüentemente, a abolição da escravatura¹³ nos Estados Unidos, em 1863, e no Brasil através da Lei Áurea¹⁴, em 1888, que, infelizmente, ainda manteve a marginalização social e contribuiu para a discriminação racial¹⁵ presentes até hoje na sociedade.

Mas, as disputas pelos domínios coloniais resultaram na Primeira Guerra Mundial¹⁶, em 1914, tratando-se de uma guerra desejada pelos países europeus para demonstração do seu poder sobre outras nações. A guerra devastou a Europa, mais de 10 milhões de pessoas morreram e a frágil paz foi mantida pela Liga das Nações, que permitiu a ascensão dos regimes totalitaristas, como o fascismo¹⁷ na Itália, marcado por governo antidemocrático, abuso de autoridade e ausência de liberdade; ou como o nazismo¹⁸ na Alemanha, que além das características autoritárias, também impôs a absurda ideologia de uma raça humana superior, que deveria eliminar aqueles considerados inferiores, como judeus, negros, militantes de esquerda, ciganos, homossexuais, pessoas com deficiência, entre outros.

Em 1939, iniciou o mais devastador conflito da história da humanidade, a Segunda Guerra Mundial, quando homens impuseram horrores indescritíveis e inimagináveis contra outros seres humanos, matando entre 50 a 80 milhões de pessoas em todo o mundo. No final da guerra, os campos de concentração e extermínio foram revelados e as potências vitoriosas se armaram com bombas capazes de eliminar vidas humanas em larga escala.

Com a intenção de impedir outros conflitos, diversos países promoveram uma cooperação internacional para manter a paz mundial, criaram a Organização das Nações Unidas¹⁹, em 1945, que também deveria promover os direitos humanos, auxiliar no desenvolvimento econômico e no progresso social, proteger o meio ambiente e prover ajuda humanitária em casos de fome, desastres naturais e conflitos armados.

Diante dos crimes contra a humanidade, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos²⁰ reconheceu que a dignidade é inerente a todos os membros da família humana e que seus direitos iguais e inalienáveis são os fundamentos da liberdade, da justiça e da paz no mundo. Iniciando então, vários movimentos contra a tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, que enfraqueceram quando, por exemplo, foram implantadas as ditaduras militares²¹ na América Latina.

Aqui no Brasil, os direitos e as garantias fundamentais, como direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, foram consagrados na Constituição da República²², em 1988. Mas, infelizmente, violações aos direitos humanos continuam acontecendo cotidianamente, como discriminações raciais e homofóbicas, trabalho escravo e infantil, restrições de liberdade e informação, furto de dados digitais, violência sexual, entre muitos outros.

Além disso, atualmente presenciemos protestos mundiais contra as discriminações raciais, cobrando de todos os seres humanos o combate às desigualdades e o respeito às diferenças. Portanto, para fortalecermos e perpetuarmos essa consciência global, acredito que precisamos mudar a nós mesmos, respeitando o outro, sem preconceito de origem, raça, etnia, sexo/gênero, ideologia, religião, cor, peso, estatura, condição financeira, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Assim, considero que também precisamos ser mais honestos, humildes e humanos, deixando de lado o “jeitinho brasileiro”, para que possamos cobrar dos nossos representantes o combate efetivo contra a corrupção, a preservação incondicional da democracia e a erradicação da pobreza.

Conhecer a nossa História nos ajuda a não cometermos mais os erros do passado, então, mesmo que as coisas pareçam difíceis, tenha esperança e dê sempre o seu melhor! Forte abraço e bons estudos!

Referências

- BOBBIO, Norberto. A era dos direitos / Norberto Bobbio; tradução Carlos Nelson Coutinho. – Nova ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. – 14. ed., rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2013.
- BRAICK, Patrícia Ramos. História: das cavernas ao terceiro milênio. – 4. ed. – São Paulo: Moderna, 2016.
- O que são os direitos humanos. Organização das Nações Unidas, 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>
- Carta de Direitos Humanos completa 70 anos em momento de incertezas, Agência Senado, 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2018/12/70-anos-da-declaracao-universal-dos-direitos-humanos>

Imagens do vídeo

1. Código de Hamurábi: <https://artsandculture.google.com/asset/cul-asia-mespot-33-stones-stelae-hammurabi/QgFVeSKy6vzKcQ>
2. Ciro: <https://artsandculture.google.com/asset/cyrus-cylinder/4wHjbQnYhZgzVQ>
3. Guerra de Troia: <https://artsandculture.google.com/entity/guerra-de-troia/m07dg1>
4. Édipo: <https://artsandculture.google.com/asset/oedipus-at-colonus/jgH6SorTCF0zvg>
5. Igualdade jurídica: <https://artsandculture.google.com/partner/museo-della-civiltà-romana>
6. Código de Justiniano: <https://artsandculture.google.com/asset/FgGCPP56oOjzMQ>
7. Carta Magna: <https://artsandculture.google.com/asset/his-britain-1199-1216-john-magna-carta/uwF-9-9yOXS9ZQ>
8. Declaração de Direitos: <https://artsandculture.google.com/asset/allegory-of-the-glorious-revolution/vQHcn9ELJhR2sw>

9. Declaração de Independência dos Estados Unidos: <https://artsandculture.google.com/asset/in-congress-july-4-1776-a-declaration-by-the-representatives-of-the-united-states-of-america-in-general-congress-assembled/XQEWWuY5B8qvqQ>
10. Revolução Francesa: <https://artsandculture.google.com/asset/storming-of-the-bastille-jean-pierre-louis-laurent-houel/EAH1XIO6QV3vA>
11. Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão: <https://www.wdl.org/pt/item/14430/>
12. Tráfico negreiro: <https://artsandculture.google.com/entity/johann-moritz-rugendas/m05yckf>
13. Abolição da escravatura: <https://artsandculture.google.com/asset/sale-of-estates-pictures-and-slaves-in-the-rotunda-new-orleans-william-henry-brooke/YAHR9QXNcRsS6g>
14. Lei Áurea: <https://artsandculture.google.com/entity/isabel-do-brasil/m06rdk7>
15. Discriminação racial: https://artsandculture.google.com/asset/ku-klux-klan-meeting-in-lakeland-fla/1QFASQ_oO6iPTA
16. Primeira Guerra Mundial: <https://artsandculture.google.com/asset/UAGBI7ih9-JKwQ>
17. Fascismo: <https://artsandculture.google.com/asset/5wHxPo2DFsen6w>
18. Nazismo: <https://artsandculture.google.com/asset/hitler-jaeger-file/eAHeiArd8Shn4Q>
19. Organização das Nações Unidas: <https://www.un.org/es/>
20. Declaração Universal dos Direitos Humanos: <https://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>
21. Ditadura Militar: <https://artsandculture.google.com/asset/soldados-hasteiam-a-bandeira-do-brasil-no-pal%C3%A1cio-do-planalto-orlando-brito/HAEuuxbyLB5NIw>
22. Constituição: <https://artsandculture.google.com/asset/sem-t%C3%ADtulo-athos-bulc%C3%A3o/hgFiI1u706j8bg>

“Todos os males da democracia se podem curar com mais democracia”.
Alfred Emanuel Smith